

DIA MUNDIAL DA ÁGUA: NOVOS DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS

A Comissão Permanente de Meio Ambiente da OAB/SP realiza evento nesta data com a presença do Ministério Público Federal, a SABESP, Comissão de Meio Ambiente da Subseção de Itu, ABRAPS- Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade, e outras entidades e colaboradores, em comemoração do “Dia Mundial da Água”.

A água é elemento essencial à sobrevivência nossa e dos demais seres vivos existentes no Planeta. Garantir a sua qualidade e disponibilidade representa, portanto, um dos maiores desafios da humanidade, que já testemunhou o deflagrar de inúmeros conflitos pelo seu uso. Esses conflitos só têm aumentado com o decorrer dos anos, não apenas por conta do aumento populacional e da pressão antrópica sobre os biomas naturais, mas também pela flagrante deterioração de boa parte dos mananciais existentes. O Brasil, apesar de gozar de uma ampla legislação sobre a proteção dos recursos hídricos e os avanços que se têm observado na infraestrutura de saneamento básico, ainda há um enorme abismo entre o ideal acesso a água de boa qualidade e em quantidade suficiente para suprir as necessidades existentes e a realidade, com graves impactos à saúde pública e ao desenvolvimento socioeconômico.

Novos desafios, como o crescente impacto das mudanças climáticas, o desmatamento e a poluição por plásticos e poluentes persistentes no ambiente impõem um contínuo repensar do desenvolvimento tecnológico e das políticas públicas para se garantir o acesso à água de forma sustentável para todos do presente e sobretudo do futuro.

A busca de possíveis soluções para os novos desafios existentes obrigatoriamente demanda uma participação ativa não só dos cientistas e das autoridades públicas, mas também do setor empresarial e da sociedade como um todo, envolvendo uma ampla conscientização e debate de caráter transversal sobre a necessidade de se aumentarem os investimentos em saneamento básico e de se promover a racionalização do uso da água, assim como a adoção de ações de conservação e recuperação dos mananciais.

Os instrumentos necessários à efetivação dessas iniciativas incluem a revisão do arcabouço jurídico-normativo existente em matéria de proteção dos recursos hídricos, o aprimoramento dos métodos de resolução de conflitos pelo uso da água e a definição de padrões mais rigorosos para o tratamento de efluentes, além da implantação de programas de educação ambiental e da fiscalização e responsabilização mais efetiva dos poluidores. Instrumentos econômicos que incentivem a inovação tecnológica verde e a implantação de boas práticas, como o pagamento por serviços ambientais associados à proteção dos recursos hídricos, também devem ser estimulados, diversificados, ampliados.

Com o enfrentamento de todos estes desafios é necessário o debate, o estímulo à participação efetiva de toda a sociedade, setores público e privado e cada um individualmente, pois sem água sucumbiremos com certeza.

